

Só manobra impede a rejeição de substitutivo

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Um pedido coletivo de vistas impediu ontem a rejeição do substitutivo do deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) à emenda do governo que atribui poderes constituintes ao futuro Congresso. "Não mudarei nada do meu substitutivo, salvo algumas vírgulas" — assegurou o relator, que em seu parecer encampou teses polêmicas sobre a matéria porque não houve acordo entre as lideranças. A comissão mista reúne-se novamente amanhã, podendo aprovar novo substitutivo preparado pelas lideranças da Aliança Democrática. O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, contou que o presidente Sarney pediu-lhe ontem todo o empenho de seu partido para a aprovação de sua emenda na forma original.

A realização de plebiscito para decidir se a Constituinte deve ou não ser exclusiva, a separação das datas das eleições, referendo popular para emendas aprovadas pela futura Constituinte com apenas dois quintos que seus votos e a ampliação da anistia são alguns dos pontos polêmicos de Bierrenbach colocou em seu substitutivo. Ele foi duramente criticado pelos integrantes da comissão, a ponto de o senador Aderbal Jurema (PFL-PE) ter insinuado que "o Congresso tem numerosos doidos com aparência de normalidade".

Foi do PFL, aliás, que partiram as mais veementes reações. O líder no Senado, Carlos Chiarelli, considerou o parecer "demagógico, eleitoreiro e panfletário", enquanto o líder na Câmara, deputado José Lourenço, antecipava que a Aliança Democrática rejeitará o substitutivo. "Isso não é um substitutivo, é um manifesto" — corrigiu o senador Marcondes Gadelha (PB).

Embora não integre a comissão mista, o deputado José Genoino (PT-SP) apoiou o relator, defendendo até o cumprimento do Regimento Interno, que estabelece prazo de cinco dias para o pedido de vistas. Prevaleceu, porém, o ponto de vista do líder do PMDB, Pimenta da Veiga (MG), que pediu nova reunião da comissão mista para amanhã, alegando que o adiamento para a próxima semana poderia deixar a votação da emenda somente para depois das eleições.

"Vamos ver se podemos acomodar as coisas. Vou conversar com o líder Pimenta da Veiga e tentar uma fórmula viável" — comentou o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães. A solução para a anistia a civis e militares — restringindo a reintegração no serviço ativo a critério exclusivo da administração pública, sem indenizações ou resarcimentos de qualquer natureza, e concedendo as promoções a que teriam direito por tempo de serviço — encontrou receptividade "importante" na opinião de Ulysses.



SNI teme crise com anistia

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

A insistência na inclusão da emenda do deputado Jorge Uequed (PMDB-PR) no substitutivo de convocação da Assembléia Nacional Constituinte proposto pelo governo, restabelecendo anistia ampla para os militares punidos pela Revolução de 64, poderá gerar uma grave crise institucional, segundo informações fornecidas ao presidente José Sarney pelo SNI.

"O Exército não aceita negociar a Emenda Uequed", disse ontem um funcionário com trânsito no gabinete presidencial, para quem o mais prudente é incluir o projeto do governo num substitutivo amplo, mas que não venha a alterar o espírito da emenda do Executivo.

Os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica têm certeza de que o Congresso Nacional não aprovará, na próxima semana, o projeto de anistia que estende às patentes militares cassadas a reintegração às Forças Armadas e o pagamento pelo tempo passado fora do serviço ativo. Ontem, durante a segunda reunião realizada nos últimos dois meses sobre o assunto, no Ministério da Marinha os três ministros, os chefes do EMFA, SNI e Gabinete Militar da Presidência chegaram a um consenso sobre a questão da anistia a militares: as Forças Armadas só aceitam a promoção, na reserva, de uns poucos cassados com habilitação, e, assim mesmo, sem direito a reembolso dos atrasados.

Para o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, "quem raciocina e tem como objetivo o bem dessa Nação vai ficar vulnerável à nossa argumentação, pois

nossos pontos de vista são ponderáveis e respeitáveis", afirmou, ao rejeitar a reintegração dos cassados. Já o almirante Henrique Saboia, ministro da Marinha, disse que "dentro de um processo democrático em evolução" os ministros militares estão procurando sensibilizar os parlamentares para o problema da reintegração, que ele julga sem sentido, inexequível e inaceitável. E reforçou: "Acho pouco provável que eles aprovem e temos confiança na atuação do Congresso, neste sentido". Frisou, ainda, que "não deve ser permitido que militares da reserva falem de assuntos militares sigilosos", o que seria possível com a anistia.

Por sua vez, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, referindo-se ao projeto no Congresso, disse confiar no "patriotismo, espírito público e na experiência dos homens do Congresso Nacional". E o chefe do EMFA, almirante José Maria do Amaral, comparou a aprovação do projeto à repetição do "trem da alegria".

INCIDENTE

O coronel Carlos Alfredo Pellegrino, assessor parlamentar do ministro Leônidas Pires Gonçalves, quase agrediu fisicamente o fotógrafo Luís Marques, do Correio Brasiliense, ontem na Câmara. O coronel conversava com o deputado Flávio Bierrenbach sobre a polêmica em torno dos militares cassados e anotava algo numa folha de papel, quando foi fotografado. Teve uma crise agressiva e encostou Marques na parede, sendo fotografado novamente por outros repórteres, que documentaram a agressão. Ao perceber, Pellegrino mudou de tom e largou o fotógrafo.

88
10/85-2
985